

**À ILUSTRE COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO DA PREFEITURA DE  
GUARAPARI/ES,**

**Referente ao Processo Licitatório nº 2.271/2020  
Modalidade: Concorrência Pública nº 002/2020**



**G. A FILHO QUIOSQUE TREMBAO ME**, inscrita no CNPJ sob o nº 06.278.033/0001-84, localizada na Avenida Beira Mar, Quiosque 12, CEP: 29.216-010, Praia do Morro, Guarapari/ES, por intermédio de seu representante legal subscrevente, devidamente qualificado e credenciado nos autos do processo em epígrafe, vem, respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, vem, respeitosamente à presença de Vossas Senhorias, com fulcro no artigo 109, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 8.666/1993, interpor

**RECURSO ADMINISTRATIVO**

Em face da decisão proferida pela digna Comissão de Avaliação Técnica, devidamente acompanhada por essa honrada Comissão Permanente de Licitação – CPL, por meio da ata de julgamento dos documentos contidos nos envelopes de propostas técnicas dos licitantes da Concorrência Pública nº 002/2020, datada em 16 de junho de 2020, devidamente publicada no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo – DOM/ES no dia 25/06/2020, o que faz declinando de seu inconformismo no articulado a seguir:

**I) DA TEMPESTIVIDADE DO RECURSO**

Ata de julgamento dos documentos contidos nos envelopes de propostas técnicas foi publicado no Diário Oficial dos Municípios do Espírito Santo – DOM/ES, no dia 25 de junho de 2020. Logo, o prazo para a apresentação de recurso finda em 03/07/2020, conforme previsão dos artigos 109, inciso I, Alínea "b" e; 110 ambos da Lei nº 8.666/1993 c/c o que prescrevem os itens 11.1 e 23.17, ambos do Instrumento Convocatório em discussão.

Denota-se, portanto, que a presente peça é tempestiva, apta a ser recepcionado por essa Honrada Comissão.

**II) DOS FATOS (Referente ao Julgamento da Pontuação da Recorrente)**

No julgamento da proposta técnica da Recorrente, a Comissão Técnica de Avaliação considerou parcialmente seu atestado de capacidade técnica, excluindo período de 22/11/2005 a 04/12/2011, mesmo que devidamente atestado pela Ilma Secretária Municipal de Turismo, Empreendedorismo e Cultura, Sr<sup>a</sup> Letícia Regina Silva Souza, retirando-lhe 60 pontos, alegando em suma que o período atestado não estaria coberto pelo termo de permissão de uso dirigido à pessoa jurídica da Recorrente.

Concomitante a isso, na contagem da pontuação relativo aos cursos, a Douta Comissão desconsiderou 20 pontos, uma vez que não aceitou os certificados das empresas GINEAD e

Conectar, sob o argumento destes descumprirem os requisitos previstos na alínea b do item 6.3 do Edital em comento.

### III) DA RAZÃO RECURSAL

#### 3.1) Referente ao Julgamento da Pontuação da Recorrente:

Todavia, não merece prosperar o julgamento da Comissão, em primeiro lugar porque o atestado de capacidade técnica foi emitido pela Ilma Secretária desta municipalidade, onde a mesma possui fé pública, não carecendo o documento de legitimidade, sendo inconcebível invalidar seu ato, mesmo que parcialmente.

O fato do tempo atestado não ter sido amparado pelo termo de permissão de uso não retira da Recorrente a efetiva prestação do serviço a esta municipalidade, uma vez que o Edital ao exigir o atestado não impôs tais condições. Ademais, para alcançar o tempo atestado, a Recorrente se utilizou de diversos documentos que comprovaram a permissão e o reconhecimento da efetiva prestação do serviço por parte da Administração para que a Recorrente pudesse ali atuar.

Neste sentido, se na época houve uma falha na elaboração do termo de outorga, o vício partiu da própria Administração, que manteve a permissão para a Recorrente sem o devido documento, não podendo neste momento lhe acarretar prejuízo. Dada a licença, tal matéria, não deveria ser tratada nesta concorrência, muito menos pela Comissão Técnica, uma vez que o Edital não prevê estas regras, sendo certo que o julgamento destes agentes devem ser objetivos, não cabendo criar regras que não especificadas no Instrumento Convocatório e/ou na Lei Geral de Licitações.

Assim, embora a Comissão não aceite, o atestado é verdadeiro, ratificado por um agente da própria Administração, que no momento certo, ao analisar os documentos da Recorrente para reconhecer seu tempo de atividade na função de quiosqueira deste município não teve dúvida de atestar a prestação do serviço, sendo incontestável que a Recorrente era tida como uma das permissionárias de Guarapari.

Ato contínuo, em segundo lugar, carece de procedência o indeferimento do curso referente a GINEAD - Instituto Nacional de Ensino a Distância, tendo em vista que de acordo com o instituto:

"Todos os certificados emitidos pelo Instituto Nacional de Ensino a Distância seguem a base legal da Lei nº 9394/96, do Decreto Presidencial nº 5.154, de 23 de julho de 2004, Art. 1º e 3º e as normas do Ministério da Educação (MEC) pela Resolução CNE nº 04/99, Art. 11, referente a educação continuada do trabalhador. Através destas leis estamos legalmente amparados para executar os cursos com os quais trabalhamos e eles têm validade legal em todo o território brasileiro."

O certificado tem validade para fins curriculares e em provas de títulos, como certificado de atualização/aperfeiçoamento, sendo excesso de formalismo da



Comissão Técnica rejeitar o título para fins de pontuação, uma vez que o principal do curso foi alcançado que é aprimorar o conhecimento do aluno na área desejada.



Ademais, mesmo que não descrito no Edital a aceitação desta instituição de ensino para fins de pontuação, é cabível ressaltar que os cursos oferecidos pelo Instituto se equiparam com os cursos ofertados pelo SEBRAE, que também é uma instituição privada, com ofertas de cursos livres, não regulamentados pelo MEC, devido sua característica, conforme elencado pelas Legislações supracitadas, sendo totalmente incoerente e desprovida de justificativa o indeferimento do certificado em questão.

Portanto, espera a Recorrente a correção de sua pontuação, com vista a considerar o que aqui fora exposto.

### **3.2) Referente ao Julgamento da Pontuação de Alguns Concorrentes:**

Neste tópico, a Recorrente traz a discussão o julgamento da pontuação de alguns de seus concorrentes:

**RG Correia ME:** O curso de fls. 2.324, foi realizado em 2013, ou seja, com mais de 05 (cinco) anos, todavia foi aceito e pontuado pela Comissão Técnica, descumprindo o que dispõe o item 6.3, alínea "b" do Edital.

**Deomédio Leonal ME:** O curso de fls. 1.614 e 1.618 é o mesmo, todavia foi pontuado por duas vezes.

**Eustáquio Tadeu Lima 11826029672:** O curso de fls. 1.680, emitido pela FBV Cursos, foi o único que a Comissão aceitou e pontuou, sendo que os demais licitantes apresentaram certificados desta instituição de ensino, todavia não foram deferidos.

**Francisco do Nascimento Alvarenga MEI:** O curso de fls. 1.745, foi realizado em 2013, ou seja, com mais de 05 (cinco) anos, todavia foi aceito e pontuado pela Comissão Técnica, descumprindo o que dispõe o item 6.3, alínea "b" do Edital.

**José Francisco Borges ME:** Os cursos de fls. 1.957 e 1.958 são os mesmos, sendo aceitos e pontuados em duplicidade.

**M.J.B. de Almeida MEI:** O curso de fls. 2.148, foi realizado em 2009, ou seja, com mais de 05 (cinco) anos, todavia foi aceito e pontuado pela Comissão Técnica, descumprindo o que dispõe o item 6.3, alínea "b" do Edital.

A contagem da pontuação foi superior ao alcançado pela Licitante, mesmo considerando o certificado de 2009 a soma é 60 e não 90, conforme exposto na ata.

**Quiosque Maratimba EIRELI:** O curso de fls. 2.180 "Palestra Artesanato Competitivo" não condiz com o objeto da licitação, todavia foi aceito e pontuado pela Comissão.

Os cursos de fls. 2.192 e 2.193 são os mesmos, sendo aceitos e pontuados em duplicidade.

**Kiosque Caranguelua EIRELI:** Os cursos de fls. 2.275 e 2.276, foram realizados respectivamente em 2007 e 2013, ou seja, com mais de 05 (cinco) anos, todavia foram

aceitos e pontuados pela Comissão Técnica, descumprindo o que dispõe o item 6.3, alínea "b" do Edital.



Dessa maneira, visa a Recorrente a reanálise dessa Douta Comissão, para ao final retificar o que aqui se recorre.

#### IV) DOS PEDIDOS

Posto isso, a Recorrente **requer dessa CPL que o presente Recurso seja conhecido e, quando de seu julgamento, seja totalmente provido para o fim de considerar e retificar o que aqui fora exposto, por ser esta medida de inteira justiça!**

Nestes Termos,  
Pede Deferimento.

Guarapari/ES, 03 de junho de 2020.

  
G.A FILHO QUIOSQUE TREMBÃO ME

Geraldo Andrade Filho

TELEFONE: 27 99720-0245

EMAIL: gandrdefilho@yahoo.com.br

